

Confirmação do líder só agrava crise

A escolha do deputado Carlos Sant'Anna (BA) para líder do governo e da maioria na Câmara só complicou ainda mais a situação do seu partido, o PMDB. Confirmada sua escolha e seu cargo, previsto no regimento da Casa, a dúvida se instalou entre os peemedebistas. Quem será, então, o líder do governo e da maioria no Senado? Não necessariamente o atual líder Fernando Henrique Cardoso (SP), já que a Câmara elegerá hoje seu líder e Carlos Sant'Anna desistiu da disputa. E quem será o líder do PMDB e da maioria na Constituinte? "Tem líderes demais. Já não estou entendendo direito isso aqui" — confessou o deputado mineiro Aécio Neves Cunha.

Foi o próprio Carlos Sant'Anna quem comunicou oficialmente no Palácio do Planalto, às 16 horas, que o presidente Sarney acabara de lhe atribuir "a difícil missão" de ser líder do governo e da maioria na Câmara (PMDB e PFL). O deputado baiano

não explicou por que Sarney desistiu de indicar o líder para atuar no Congresso Nacional. Revelou, entretanto, que não haverá liderança formal do governo na Constituinte, admitindo que ele mesmo poderá atuar informalmente. Sant'Anna explicou que sua indicação só foi feita depois das consultas partidárias necessárias e adiantou que, se houver resistências, serão apenas "residuais".

O ex-ministro da Saúde fez às 18 horas uma visita protocolar ao líder do PFL, deputado José Lourenço. "De nossa parte, você terá aqui fonte de água limpa, cristalina — disse Lourenço —, para ajudá-lo na missão que lhe foi delegada pelo nosso presidente Sarney."

Sant'Anna esclareceu que sua tarefa se restringe à Câmara, e admitiu a hipótese de o presidente da República escolher também um líder do governo no Senado. O próprio depu-

tado baiano afirmou que sua nova função "pode não ser nada, pode ser tudo". Ele primeiro consultará "alguns colegas", antes de fazer um projeto de liderança. Mas já tinha uma tarefa: encontrar-se ainda ontem com Ulysses Guimarães — "o presidente da Câmara, o presidente da Constituinte e presidente do meu partido".

A escolha de Sant'Anna criou confusão no PMDB, mas certo alívio entre alguns senadores. O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), recebeu a informação com um sorriso, ao saber que o deputado baiano seria líder do governo e da maioria da Câmara, não do Congresso: "Tudo bem. Então o problema não é nosso. Não sou do PMDB, nem sou deputado".

O senador Mário Covas (SP) considerou "extemporânea" a indicação do líder do governo e da maioria antes de se definir o líder da bancada peemedebista na Câmara.



Sant'Anna admite liderança "informal" na Constituinte

Arinos acha que Sarney agiu bem

O senador Afonso Arinos elogiou ontem, em Brasília, a decisão do presidente de indicar um líder do governo na Câmara, frisando tratar-se de prática normal no regime presidencialista, e que apresenta até uma vantagem para os partidos. Quando um destes, mesmo o que apóia o governo, por qualquer razão, política ou administrativa, discorda da orientação oficial, sente-se desobrigado de defender o governo, que tem a seu favor o trabalho do líder indicado pelo presidente da República.

Para Afonso Arinos, os partidos estão presos a compromissos políticos e o governo a diretrizes administrativas, que nem sempre são convergentes, podendo resultar em problemas de convivência parlamentar com risco de impasses eventuais. No regime presidencialista é inevitável a figura do líder do governo, uma prática tradicional na história republicana brasileira, interrompida durante o regime militar, observou Arinos. Lembrou que no governo de Vargas, o senador Gustavo Capanema se destacou como líder da maioria, em que ele atuava como líder da oposição, pela UDN.

Segundo Arinos, não há razão para desconfianças dos parlamentares em relação à função de líder do governo, pois um presidente não pode ficar sem representante do governo no Parlamento, o qual, muitas vezes, poderá ter de ficar contra seu próprio partido e os demais, ao defender as posições do governo.

Ulysses também se confunde

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reagiu ontem de forma contraditória à indicação do deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) para líder do governo na Câmara. Inicialmente ele afirmou que as funções de Sant'Anna serão as previstas no regimento interno da Casa. Depois, admitiu a duplicidade de atividades com o líder da bancada. Em seguida, disse ser contra a proposta do senador Afonso Arinos (PFL-RJ), que defendeu a presença ostensiva do governo na Constituinte através de um líder indicado pelo presidente da República. "Num sistema político como o nosso, em que o governo é apoiado por partidos, não acredito que isso seja preciso", afirmou Ulysses.

Líderes da Câmara e do Senado, eleitos pelas respectivas bancadas.

O senador pedesista lembrou que considerou estranho quando o presidente Tancredo Neves indicou Fernando Henrique Cardoso para a liderança do governo no Congresso, porque tinha certeza de que o cargo não seria exercido de fato. Passarinho ressaltou: "Parece-me mais estranho ainda reviver a figura na hora da convocação da Constituinte". O deputado José Maria Eymael (PDC-SP) também contestou a decisão do presidente Sarney, e compareceu a nomeação do líder ao "fiscal do rei em parlamentos menores e não soberanos de antigamente", o parlamentar apelou ao presidente "para que ele refletisse e refluísse de sua decisão".

O líder Carlos Sant'Anna esteve no final da tarde de ontem com o presidente de seu partido, Ulysses Guimarães. A saída, perguntaram se a sua indicação já havia sido absorvida por Ulysses. "O que é isso, não havia nada a ser absorvido", respondeu, sorrindo. "Inicialmente ele não estava gostando da idéia", insistiu o repórter. "Mas ele gosta de Carlos Sant'Anna", completou o deputado baiano.

Repetidas vezes, Ulysses garantiu que a indicação do líder do governo não significa que a bancada peemedebista esteja desobrigada de apoiar o governo. "O PMDB vai cumprir com seu compromisso e honrar o apoio que dá ao governo e ao presidente Sarney", afirmou, acrescentando que as medidas fundamentais de governo continuarão a ser debatidas com o PMDB e o PFL.

CONFUSO

O PMDB na verdade está confuso diante da indicação de Carlos Sant'Anna para líder do governo na Câmara. A maioria dos parlamentares não tinha uma explicação objetiva para a decisão de Sarney, preferindo formular hipóteses. Entre as especulações estava a de que o presidente pretende esvaziar o partido majoritário no Congresso.

"Talvez não tenha entendido a verdadeira motivação do presidente porque sou burro. Mas se alguém souber, me avise", dizia o deputado Roberto Cardoso Alves, um dos coordenadores da ala moderada do PMDB. Ele prevê que Sant'Anna deverá ter uma função apenas teórica, a exemplo do que ocorreu com o senador Fernando Henrique Cardoso.

Igualmente confuso, o deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI) ponderou que o presidente Sarney pode ter escolhido um líder para desempenhar o papel que deveria ser exercido pela Casa Civil, mas que não é pelo fato de o ministro Marco Maciel ser do PFL. Jorge Uequed (PMDB-RS) também criticou a indicação, considerando-a um gesto de pouca inteligência. De qualquer forma, ele acha que o saldo será positivo, "pois assim o PMDB ficará desobrigado de defender o governo". O argumento é defendido por muitos peemedebistas, para os quais a escolha de um líder da maioria levará a bancada, em curto prazo, a fazer oposição ao governo. Para eles, o Planalto já tem agora, oficialmente, um defensor no Legislativo, Carlos Sant'Anna.

Luis Henrique, favorito da bancada do PMDB

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

A bancada do PMDB na Câmara reúne-se hoje, às 9 horas para eleger o líder na Casa. Disputam o cargo os deputados Luís Henrique (SC), João Hermann Netto (SP), e Milton Reis (MG). O candidato aparentemente preferido é Luís Henrique, que deverá vencer a disputa com 43 votos de vantagem, segundo previu ontem o deputado Jorge Uequed (PMDB-RS). Conforme o Parlamento gaúcho, se o deputado Milton Reis desistir da disputa, Luís Henrique ganhará por 41 votos. Se nenhum candidato obtiver a maioria haverá o segundo turno da eleição.

O deputado Milton Reis, no entanto, não se mostra disposto a retirar sua candidatura. Segundo assegurou, sua candidatura é "irreversível", mas acabou admitindo que ela pertence à "bancada mineira", que até aqui não fechou com o parlamentar. Algumas previsões indicam que os votos do deputado mineiro, caso ele saia do páreo, irão para Luís Henrique e não para João Hermann.

O deputado Milton Reis desmentiu ter sido sondado por emissários do presidente Sarney com uma proposta para que desistisse de sua candidatura em favor do deputado Carlos Sant'Anna, que assim poderia disputar também a liderança da bancada, passando a acumulá-la com a do governo. "Essa informação não bate. Minha candidatura está crescendo", insistiu o parlamentar.

Já o deputado Luís Henrique disse não estar preocupado com nenhuma das articulações do governo em

torno da questão, "pois estou empenhado no corpo-a-corpo". Tanto ele como o deputado João Hermann passaram todo o dia de ontem mantendo contatos com correligionários no plenário, no salão verde e nos gabinetes. Ambos foram incansáveis nas conversas ao pé do ouvido, passando de cadeira em cadeira no plenário, trocando sorrisos, tapinhas no ombro e muitos abraços.

No final da tarde, falou-se numa possível composição entre os três, que poderiam retirar suas candidaturas em favor de um nome consensual. Mas a idéia não foi adiante. Alguns peemedebistas da chamada corrente progressista defenderam um acordo entre Luís Henrique e João Hermann, em favor do primeiro, mas nada foi formalizado a esse respeito.

Tenia-se que o fato de os dois disputarem votos comuns acabasse por favorecer a candidatura do deputado Milton Reis, prevista pelo deputado Roberto Cardoso Alves, mas não endossada pela maioria dos peemedebistas que acreditam na vitória de Luís Henrique. Com a escolha do deputado Carlos Sant'Anna para a liderança do governo, por exemplo, a bancada da Bahia resolveu apoiar Luís Henrique.

Enquanto isso, alguns deputados mostravam-se indecisos. O deputado Francisco Pinto e a deputada Cristina Tavares por exemplo admitiram até a possibilidade de votar em branco. A previsão é de que votarão apenas 210 dos 257 deputados peemedebistas, pois muitos não regressaram a Brasília depois do último final de semana.

A indicação de Sant'Anna foi bem recebida no PFL, pelo menos por parte do líder da bancada na Câmara, José Lourenço. Ele garantiu: "Embora tenha canais próprios de acesso ao presidente da República, vou dialogar permanentemente com Carlos Sant'Anna, no sentido de que ele tenha êxito na missão que o chefe do governo lhe delegou. De nossa parte, se encontrará compreensão e colaboração".

Já o líder do PTB, Gastone Righi, preferiu a ironia ao fazer seu comentário: "Eu disse ao presidente que nomear líder do governo é igual a general sem exército. Termina por te de boate". Depois, ressaltou: "Se for formado o bloco da maioria, o posto se entende". Para o presidente do PDS, Jarbas Passarinho, a indicação do líder do governo no Congresso "é inadequada e não terá resultado prático. Ele pode ser ignorado pelos

com a saída de Milton Reis tinha segurança de ganhar a eleição na bancada peemedebista.

Segunda-feira à noite, Carlos Sant'Anna foi convidado a comparecer ao encontro da bancada do PMDB de Minas, onde receberia apoio e solidariedade — conforme instruções de Newton Cardoso. O candidato Milton Reis, porém, alertado pelos moderados de que sua retirada iria beneficiar não a Sant'Anna mas a Luiz Henrique, por eles considerado o candidato de Ulysses Guimarães e Pimenta da Veiga, recusou-se a renunciar, mantendo-se candidato.

Diante disso, Sant'Anna, conversou com Sarney e acertaram a indicação para ontem, antes da eleição do líder da bancada do PMDB, marcada para hoje. O ex-ministro, ainda ontem, pouco antes de sua audiência com o presidente Sarney no Palácio do Planalto, dizia que, se disputasse, seria o vencedor. Indicado, desistiu da disputa.

Com sua retirada, aumentaram as esperanças de Luiz Henrique (SC), de João Hermann (SP) e do próprio Milton Reis (MG) — ontem o mais confiante na sua eleição, apesar do otimismo de muitos deputados do PMDB mineiro e, segundo se apurou, da restrição do governador eleito Newton Cardoso. Deputados minei-

ros comentaram que, se perder, a derrota não seria apenas de Milton Reis, mas do governo e do PMDB de Minas. Daí a posição de Newton Cardoso, em favor da desistência de Milton Reis, conforme informações de deputados mineiros e de coordenadores da candidatura Carlos Sant'Anna.

Milton Reis e João Hermann, na manhã de ontem, afirmaram que são candidatos da bancada, enquanto Luiz Henrique é candidato do "oficialismo", do atual líder Pimenta da Veiga.

"Como não tivemos uma liderança democrática, o apoio do líder a Luiz Henrique não é positivo. Ao contrário, está nos favorecendo" — observou Milton Reis.

Carlos Sant'Anna está ciente das dificuldades que terá de enfrentar, como líder do governo e da maioria na Câmara, que muitos querem desativado — a começar por Ulysses Guimarães. Tudo indica que ele será formalmente o líder do governo na Câmara, para atuar, informal mas publicamente, como coordenador do presidente Sarney na Assembleia Constituinte. Os líderes do PMDB e do PFL, como explicou o candidato Luiz Henrique, atuarão no sentido partido — governo, enquanto o líder do governo atuará no sentido Planalto — partido.

DESCONFIANÇA

Certos de que ainda nos dias de hoje existe uma orquestração destinada a atrapalhar o trabalho dos assessores militares junto aos parlamentares, muitos desses oficiais evitam falar de seu trabalho com os jornalistas, receosos de que haja má interpretação. Afinal de contas, argumentam, a imprensa é ainda hoje no Brasil uma das áreas mais infiltradas pela esquerda. E à esquerda, certamente, não interessa que a missão constitucional das Forças Armadas, no tocante à manutenção da segurança interna, seja mantida — como querem os militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, conforme esclareceu um dos assessores da FAB.

Assim, desagrada imensamente a essa assessoria o fato de ver qualificado como lobby seu empenho junto aos constituintes no sentido de fazê-los ver que no Brasil existe a necessidade de as Forças Armadas atuarem na defesa interna, e não só externa. Isso porque, no caso específico da Força Aérea, suas atividades estão intimamente ligadas ao desenvolvimento e integração do País, como fez questão de frisar o militar.

Expressando o pensamento do ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, quanto à necessidade de a Carta Magna ter um texto curto e breve — no capítulo das Forças Armadas bastariam dois artigos, segundo o oficial —, sua assessoria parlamentar acha que devem ser preservados os valores e a idéia principal das instituições militares, tais como se encontram hoje previstos na Constituição.

E, neste contexto, não é visto com bons olhos o rótulo de lobby que geralmente acompanha as diligências da assessoria parlamentar da Aeronáutica na Constituinte. Mesmo que essa expressão já tenha sido incorporada ao vocabulário nacional e seja assim descrita no dicionário de Aurélio Buarque de Hollanda: "Lobby — pessoa ou grupo que, nas antecâmaras do Congresso, procura influenciar os representantes do povo no sentido de fazê-lo votar segundo os próprios interesses ou de grupos que representam. (A atividade do lobby é legal nos Estados Unidos.)"

Zenaide Azeredo

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

"A assessoria parlamentar é um instrumento institucionalizado com a finalidade de dotar o Legislativo de um canal aberto, livre e desburocratizado com o Executivo. Não é uma assessoria de lobby, como a imprensa vem afirmando, especificamente quando se refere ao trabalho exercido pelos militares, assessores parlamentares das Forças Armadas como um todo."

Este é o entendimento que o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, através de seu assessor parlamentar, faz questão de conferir ao trabalho que vem sendo feito no Congresso Nacional por três oficiais da FAB, encarregados de, durante os trabalhos da Constituinte, esclarecer os deputados quanto aos interesses e necessidades da Força Aérea.

Uma história de pressões e recuos

FLAMARION MOSSRI

Na semana passada surgiram as primeiras notícias da decisão do presidente Sarney, de indicar o líder do governo no Congresso, independentemente dos líderes do PMDB na Câmara e no Senado, eleitos pelas respectivas bancadas. Esse novo líder que não deu certo em 1985 e 86, com o senador Fernando Henrique Cardoso, atuaria informalmente como líder do governo na Constituinte.

A princípio, o nome mais citado foi o do deputado Prisco Viana, mas desde quinta-feira última firmou-se o nome do ex-ministro da Saúde, Carlos Sant'Anna, ex-vice-líder da Arena, que ingressou no PMDB com a fusão do partido de Tancredo Neves, o finado PP. Sant'Anna pretendia disputar a liderança da bancada na Câmara, convencido de que poderia ganhar, principalmente se obtida a renúncia do outro candidato moderado, do mineiro Milton Reis. Agora, é o líder do governo e da maioria na Câmara.

Até anteontem, pressionado pela bancada mineira e pelo próprio governador eleito Newton Cardoso, Milton Reis havia concordado em abrir mão de sua candidatura, passando a apoiar Sant'Anna. Diante disso, o constituinte baiano solicitou que Sarney aguardasse 24 horas, pois

com a saída de Milton Reis tinha segurança de ganhar a eleição na bancada peemedebista.

Segunda-feira à noite, Carlos Sant'Anna foi convidado a comparecer ao encontro da bancada do PMDB de Minas, onde receberia apoio e solidariedade — conforme instruções de Newton Cardoso. O candidato Milton Reis, porém, alertado pelos moderados de que sua retirada iria beneficiar não a Sant'Anna mas a Luiz Henrique, por eles considerado o candidato de Ulysses Guimarães e Pimenta da Veiga, recusou-se a renunciar, mantendo-se candidato.

Diante disso, Sant'Anna, conversou com Sarney e acertaram a indicação para ontem, antes da eleição do líder da bancada do PMDB, marcada para hoje. O ex-ministro, ainda ontem, pouco antes de sua audiência com o presidente Sarney no Palácio do Planalto, dizia que, se disputasse, seria o vencedor. Indicado, desistiu da disputa.

Com sua retirada, aumentaram as esperanças de Luiz Henrique (SC), de João Hermann (SP) e do próprio Milton Reis (MG) — ontem o mais confiante na sua eleição, apesar do otimismo de muitos deputados do PMDB mineiro e, segundo se apurou, da restrição do governador eleito Newton Cardoso. Deputados minei-

ros comentaram que, se perder, a derrota não seria apenas de Milton Reis, mas do governo e do PMDB de Minas. Daí a posição de Newton Cardoso, em favor da desistência de Milton Reis, conforme informações de deputados mineiros e de coordenadores da candidatura Carlos Sant'Anna.

Milton Reis e João Hermann, na manhã de ontem, afirmaram que são candidatos da bancada, enquanto Luiz Henrique é candidato do "oficialismo", do atual líder Pimenta da Veiga.

"Como não tivemos uma liderança democrática, o apoio do líder a Luiz Henrique não é positivo. Ao contrário, está nos favorecendo" — observou Milton Reis.

Carlos Sant'Anna está ciente das dificuldades que terá de enfrentar, como líder do governo e da maioria na Câmara, que muitos querem desativado — a começar por Ulysses Guimarães. Tudo indica que ele será formalmente o líder do governo na Câmara, para atuar, informal mas publicamente, como coordenador do presidente Sarney na Assembleia Constituinte. Os líderes do PMDB e do PFL, como explicou o candidato Luiz Henrique, atuarão no sentido partido — governo, enquanto o líder do governo atuará no sentido Planalto — partido.



Milton Reis, Luis Henrique e João Hermann na disputa

Emendas encurtam programação na TV

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

Vários constituintes e líderes dos partidos estão criticando o projeto de regimento interno que obriga as emissoras de rádio e televisão a dar 90 minutos diários para divulgar os trabalhos da Constituinte. O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) apresentou emenda, ontem, reduzindo o tempo a cinco minutos, por considerar que a proposta anterior "representa uma aberração que, se aprovada, liquidará a credibilidade da Constituinte".

O deputado Maurílio Ferreira Lima, ao justificar sua emenda que reduz a obrigatoriedade a somente cinco minutos diários, diz que a Constituinte "pode ter os meios legais para obter o horário, mas não tem o que colocar no ar durante 90 minutos e o ouvinte desligará o aparelho". Para ele, a opinião pública, "agredida por uma programação chata, se voltará contra a Assembleia Nacional Cons-

tituinte, considerando que estamos em Brasília apenas para tumultuar o cotidiano, invadindo a privacidade de cada lar brasileiro com um som e uma imagem que desagradam". Mesmo os cinco minutos diários ele considera um risco enorme manter por muitos meses, "porque nem novela de qualidade suporta este tempo".

Maurílio Ferreira Lima diz que um absurdo maior ainda é a pretendida publicação de uma súmula diária nos jornais, item que suprimiu totalmente em sua emenda.

Para o líder do PTB, deputado Gastone Righi, "a Constituinte não pode compactuar com o confisco de uma hora e meia da programação das emissoras". Ele diz que isso seria "uma violência" e que o PTB foi surpreendido com o projeto, mas que tem certeza de que os líderes chegarão a uma conclusão conciliatória: "Algo como uma recomendação para destaque da Constituinte nos noticiários". Righi pensa que obrigará as rádios e TVs a ceder espaço diário

acabará por reduzir a divulgação dos trabalhos.

Ele recebeu ontem a visita do presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Joaquim Mendonça, dizendo que assim como defendeu as duas horas de transmissão gratuita de propaganda eleitoral, antes das eleições, agora é contra a obrigatoriedade de contida no projeto de regimento interno. "Porque não se trata mais de defender os candidatos do poder econômico." Righi diz que a imprensa já está dando o devido espaço à Constituinte e que o Congresso não teria nenhuma condição de fazer uma programação melhor.

O presidente da Abert esteve também com os senadores Jarbas Passarinho (PDS-PA) e Alfredo Campos (PMDB-MG), que prometeram lutar contra a obrigatoriedade de uma hora e meia por dia. Joaquim Mendonça voltou ontem para São Paulo e na segunda-feira promove, em Brasília reunião, dos 18 diretores

regionais da Abert, para discutir a questão. O superintendente da Abert, Antônio Abelin, continua conversando com os parlamentares em Brasília e hoje terá encontrado com o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS).

"O que queremos é liberdade de informar", diz Joaquim Mendonça, garantindo que as lideranças estão com ele, e propondo também a transformação da Voz do Brasil, em Voz da Constituinte. Para o presidente da Abert, "mesmo que a obrigatoriedade de transmissão seja de apenas dois minutos, será pior do que ter 30 ou quarenta minutos de programação livre".

O deputado Adhemar de Barros Filho (PDT-SP) também apresentou emenda, reduzindo o tempo de obrigatoriedade a 15 minutos por dia, dividido em três períodos. Já o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, afirma que 10 minutos por dia são suficientes, "como dizem os próprios constituintes que têm experiência no setor de rádio e televisão".

Para o líder do PDS, deputado Amaral Neto, que conversou segunda-feira com o presidente da Abert, "tudo está em aberto e é negociável. Dá para chegar a um denominador comum". A deputada Christina Tavares (PMDB-PE) continua pedindo a obrigatoriedade de transmissão dos trabalhos da Constituinte e ontem acusou a Abert de "pressionar os constituintes com seu lobby". O PT também pressiona para que a Constituinte tenha o maior tempo possível de transmissão obrigatória no rádio e TV.

EDUCATIVAS

A posição assumida pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, com o apoio de Pimenta da Veiga, Fernando Henrique Cardoso, Euclides Scalco, Prisco Viana e Severo Gomes, entre outros, é de que as emissoras de rádio e televisão do sistema Radiobrás e da TV-Educativa deverão transmitir ao vivo todos os debates da Constituinte — comissões e plenário.

regional da Abert, para discutir a questão. O superintendente da Abert, Antônio Abelin, continua conversando com os parlamentares em Brasília e hoje terá encontrado com o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS).

"O que queremos é liberdade de informar", diz Joaquim Mendonça, garantindo que as lideranças estão com ele, e propondo também a transformação da Voz do Brasil, em Voz da Constituinte. Para o presidente da Abert, "mesmo que a obrigatoriedade de transmissão seja de apenas dois minutos, será pior do que ter 30 ou quarenta minutos de programação livre".

O deputado Adhemar de Barros Filho (PDT-SP) também apresentou emenda, reduzindo o tempo de obrigatoriedade a 15 minutos por dia, dividido em três períodos. Já o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, afirma que 10 minutos por dia são suficientes, "como dizem os próprios constituintes que têm experiência no setor de rádio e televisão".

Para o líder do PDS, deputado Amaral Neto, que conversou segunda-feira com o presidente da Abert, "tudo está em aberto e é negociável. Dá para chegar a um denominador comum". A deputada Christina Tavares (PMDB-PE) continua pedindo a obrigatoriedade de transmissão dos trabalhos da Constituinte e ontem acusou a Abert de "pressionar os constituintes com seu lobby". O PT também pressiona para que a Constituinte tenha o maior tempo possível de transmissão obrigatória no rádio e TV.

EDUCATIVAS

A posição assumida pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, com o apoio de Pimenta da Veiga, Fernando Henrique Cardoso, Euclides Scalco, Prisco Viana e Severo Gomes, entre outros, é de que as emissoras de rádio e televisão do sistema Radiobrás e da TV-Educativa deverão transmitir ao vivo todos os debates da Constituinte — comissões e plenário.